



## **Economia de Mercado e Sociedade de Mercado: Elementos e Comportamentos na Sociedade Livre**

Domingos Dalmolin, Jandir Pauli

### **RESUMO**

Neste trabalho é feito referencial teórico a respeito da relação entre a economia de mercado e a sociedade de mercado em ambiente de sociedade livre. Na seqüência, é relatada pesquisa aplicada através de entrevistas pessoais com formulários, sobre a intensidade com que quinze variáveis representativas deste fenômeno estão se comportando, para identificar esta relação. No resultado, é identificada confortável predominância de elementos da economia de mercado, mesmo que com a presença, em todas as variáveis medidas, de elementos típicos da sociedade de mercado.

**Palavras-chave:** economia, sociedade, mercado, economia de mercado, sociedade de mercado

### **1 INTRODUÇÃO**

A progressiva evolução da convivência social consolidou valores morais inerentes à essência humana, que se sustentam e garantem que a sociedade constituída não se degrade pela ação de forças contrárias àquelas que permitiram, até aqui, que a evolução humana, mesmo com suas contradições e conflitos, valorize princípios como aqueles da igualdade, respeito mútuo e solidariedade.

Sendo a evolução humana conseqüente também do desempenho individual de cada um de seus membros e de suas comunidades, cada esforço individual ou de cada grupo, precisou ser quantificado para ser mensurado, valorizado e reconhecido pelo grupo. A sua vez, o mercado surgiu como facilitador da vida humana, permitindo a satisfação de necessidades mediante métodos e critérios de troca de valores estabelecidos. A economia, ao quantificar e atribuir preços para produtos e serviços que satisfazem necessidades humanas, passou a ser elo importante na relação sociedade-mercado.

Para o funcionamento harmônico da construção social, cada um dos valores morais, econômicos e de mercado deve continuar vigente e cada qual com a força proporcionalmente necessária para manter esta estrutura em equilíbrio.

Os valores morais, na sua concepção de origem, não têm relação com valores econômicos. Desta forma, as relações econômicas devem ocorrer, por concepção, exclusivamente no âmbito da economia de mercado. Contudo, segundo Sen (2000), vivemos em um mundo de opulências sem precedentes, tanto que teria sido difícil sequer imaginá-las um ou dois séculos passados; ainda, têm ocorrido mudanças notáveis para além da atmosfera econômica. Conforme Sen (2000), as diferentes regiões do globo estão agora mais ligadas, não só nos campos da troca, mas também quanto a idéias e ideais interativos. Na opinião de Senn (2000), o papel ubíquo das transações na vida moderna com freqüência passa despercebido precisamente porque vistas como algo natural, inquestionável, tendo analogia com o papel pouco reconhecido de certas regras de comportamento, como a ética em economias capitalistas desenvolvidas.

Situações flagrantes da vida moderna são relatadas por Sandel (2005) e Levitt e Dubner (2009), as quais constituem variáveis passíveis de medição para avaliar a relação entre economia de mercado e sociedade de mercado. Por este critério, quanto mais o mercado avançar, comprando o que não pode ser comprado, como os valores morais, maior será o



deslocamento da economia de mercado para a sociedade de mercado.

Neste sentido, foi efetuado preliminarmente levantamento teórico sobre o tema; e, posteriormente, foi aplicada pesquisa com o intuito de medir quinze variáveis vinculadas à relação entre a economia de mercado e a sociedade de mercado numa sociedade livre, com o objetivo de avaliar a proporção de sua distribuição entre si – ou seja, para verificar se há a predominância de elementos indicativos de economia de mercado ou de sociedade de mercado. A pesquisa apresentou situações hipotéticas em que era necessário se posicionar sobre o grau de concordância ou discordância com a situação apresentada, de tal forma que levasse o entrevistado a fazer opções para serem interpretadas como comportamentos típicos de economia de mercado ou típicos de sociedade de mercado.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Parkin (2009), a economia pode ser definida como a ciência social que estuda escolhas que as pessoas, as empresas, os governos e sociedades inteiras fazem, à medida que vão se defrontando com a escassez e com os incentivos que influenciam e conciliam essas escolhas.

Em Weber (2000, p. 13-14), a ação social é assim referida:

A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento dos outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (...). Os “outros” podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas (“dinheiro”, por exemplo, significa um bem destinado à troca, que o agente aceita no ato da troca, porque sua opção está orientada pela expectativa de que muitos outros, porém desconhecidos e em número indeterminado, estarão dispostos a aceitá-lo também, por sua parte, num ato de troca futuro).

Segundo Kotler (1998, p. 31), “o conceito de troca leva ao conceito de mercado. Um Mercado consiste de todos os consumidores potenciais que compartilham de uma necessidade ou desejo específico, dispostos e habilitados para fazer uma troca que satisfaça essa necessidade ou desejo.”

De acordo com Mises (1993), quando se fala do sistema de organização econômica nos moldes da economia de mercado, se usa a expressão “liberdade econômica”, em que há equívocos ao supor que a liberdade econômica esteja totalmente dissociada de outras liberdades e que essas outras liberdades possam ser preservadas mesmo na ausência da liberdade econômica. Contudo, para Mises (1993), a liberdade econômica significa que é dado às pessoas que a possuem o poder de escolher o próprio modo de se integrar ao conjunto da sociedade.

Para Sen (2000), a liberdade é central para o processo de desenvolvimento porque: a razão avaliatória, que é a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento da liberdade das pessoas; e a razão da eficácia, no sentido de que a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas.

Sandel (2005), questiona práticas da sociedade moderna; entre elas, a possibilidade de comprar amigos para passear e com eles passar algumas horas. Questiona ainda a venda de órgãos humanos e de bebês, e a existência de corretores agenciando mães de aluguel, a prostituição e a corrupção; debate sobre a origem moral de títulos honorários que grandes doadores recebem de entidades filantrópicas. A possibilidade de jovens ricos contratarem jovens menos afortunados para substituí-los nas forças armadas é também citada e questionada por aquele mesmo autor, além de referir que mercenários e estrangeiros pobres



poderiam, igualmente, ser contratados para servirem nas forças armadas.

Posteriormente, em workshop na *Harvard Law School Faculty*, Sandel (2013) apresentou oposições entre valores sociais e de mercado, questionando sobre a criação de cotas entre países para receberem refugiados, estes últimos que poderiam se tornar “negociáveis” – países ricos pagariam cotas para países pobres receberem cotas maiores de refugiados. Semelhante questão se refere aos temas ambientais, como o repasse de lixo de países ricos para países pobres, mesmo que mediante ajuste financeiro. A permissão para o abate de espécies raras e controladas de animais – mesmo que mediante o pagamento de elevadas taxas - é também citada para questionamento por Sandel (2013), que ainda refere a prática de países com controle de natalidade expedirem certificados para as mães terem um filho ou dois. Nesta prática, mães que não quisessem ter filhos poderiam lucrar, vendendo estes certificados para outras mães que quisessem ter mais filhos.

Sandel (2012) cita lições de décadas em que o mercado triunfante, com poder decisório sobre as pessoas, com discursos vazios de valores morais e espirituais, e em que as razões do mercado e da economia estenderam seus braços na vida social e política. Questiona em que tipo de sociedade se deve viver. Na opinião de Sandel (2012), para colocar o mercado no seu lugar é necessário um discurso público mais moralizante do que o discurso gerencial, tecnocrático e político. Refere que a escravidão tratava seres humanos como mercadorias, e sugere que órgãos humanos vendidos constituem a versão moderna de um comércio similar. E alega que não é adequado o mercado decidir que pessoas iguais devam frequentar lugares diferentes: por exemplo, crianças iguais umas frequentando escolas mais qualificadas do que outras. Também, refere os encargos que cabem aos cidadãos ao cumprirem obrigações do Estado, como quando participam de júris populares: enquanto participa do júri, o cidadão não é remunerado, ao mesmo tempo em que o seu trabalho particular não avança. Mais, fala sobre o ato de pagar por serviços de cuidados com idosos e o tempo gasto ou utilizado nesta atividade e dos privilégios concedidos a apenas em função de sua capacidade econômica de comprar tais privilégios.

De outra parte, Levitt e Dubner (2009) suscitam a dúvida que pode ocorrer, por exemplo, quando, terminada uma festa entre amigos, os participantes, alcoolizados, decidem ir para suas casas. Neste caso, existem as opções entre ir para casa conduzindo o próprio veículo, pegar carona de um amigo (também alcoolizado), ir para casa a pé se a distância não for muito expressiva, ou chamar um taxista sóbrio. Nesta ótica, um dispêndio econômico mínimo para pagar o taxista sóbrio para a preservação da integridade física e da vida é a única decisão plausível. Além disso, Levitt e Dubner (2009), citam o direcionamento de relações pessoais, de afeto, com motivações e embasamento em valores econômicos. E as motivações que levam indústrias a processarem cereais para produzir combustível e não para produzir alimento para humanos, exclusivamente por razões econômicas, por ser a primeira opção a mais rentável.

Outro questionamento de Levitt e Dubner (2009) é quanto ao fato de homens-bomba fazerem seguro de vida para proteger seus familiares: por analogia, se poderia questionar sobre a contratação de seguros de vida por parte de infratores, com atividades ilegais que tornam a integridade de sua vida vulnerável.

De acordo com Baran (1964), a pessoa humana, a partir de suas configurações físicas e psíquicas, com seus valores e aspirações, tem mudado ao longo da História, acompanhando a sociedade de que é parte. A partir disso, segundo Baran (1964), não é possível empregar a utilidade ou a satisfação usufruída por um indivíduo num dado tempo como critério para julgar a contribuição das instituições e relações econômicas para o bem estar da comunidade, embora o comportamento deste indivíduo seja determinado pela ordem social em que vive, em que cresceu, em que seu caráter, suas categorias de pensamento, suas esperanças e temores foram moldados; segundo o autor, é a capacidade de uma constelação social de produzir



mecanismos capazes de moldar personalidades, de prover a estrutura material e psíquica para um tipo específico de existência humana que transforma essa constelação em uma ordem social.

Mises (1993) identifica a economia livre como sendo a economia de mercado, o sistema em que a cooperação dos indivíduos na divisão social do trabalho se realiza pelo mercado, considerando que esse mercado não é um lugar, mas um processo, através do qual as pessoas, ao venderem e comprarem, produzirem e consumirem, estão contribuindo para o funcionamento global da sociedade.

De acordo com Sen (2000), ao considerarmos a expansão da liberdade individual um comprometimento social, identificamos o principal fim e o principal meio de desenvolvimento, pois o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade; a eliminação de privações de liberdade é, segundo Sen, constitutiva do desenvolvimento. Para Sen (2000), a importância da liberdade humana, em geral, como o objetivo supremo do desenvolvimento, é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos. Como exemplo, Sen indica que há fortes indícios de que as liberdades econômicas e políticas se reforçam mutuamente, e que não são, portanto, contrárias umas às outras.

Para Lewis (1968), no curso do desenvolvimento econômico, a economia se torna mais complexa e o mercado normalmente descobre e aproveita estas oportunidades; e o mercado se encarregará da maioria das situações que implicam interdependência.

Fazendo considerações sobre a Economia do Bem-Estar, Baran (1964), refere que o objetivo desta é: o exame da medida de como a organização econômica se satisfaz, do grau em que o sistema de produção e a sociedade capitalista se encontram eficientemente organizados para uma produção cujo volume e composição são determinados pela estrutura do elemento produtivo.

Na mesma linha, Baran (1964), cita que também é investigado o grau em que a existente organização sócio-econômica orienta os recursos disponíveis de maneira a responder às demandas existentes; e, ainda segundo Baran (1964), tais preocupações nada tem em comum com a investigação das condições conducentes ao bem-estar ou ao estudo da medida em que as instituições e relações econômicas e sociais da sociedade capitalista promovem ou impedem o bem estar das populações.

Para Baran (1964), o trabalho improdutivo não se relaciona diretamente ao processo de produção indispensável, e é mantido por uma parte do excedente econômico da sociedade. Segundo o mesmo autor, nesta ótica, trabalhadores improdutivos são recrutados para o exército, enquanto trabalhadores produtivos não o são. Por outro lado, segundo Baran (1964), é possível que indivíduos, que não contribuem diretamente para a produção, efetuem retiradas e ganhos graças à força de suas ligações financeiras, de sua influência pessoal ou dos traços de caráter que os tornam particularmente adaptados à política de tais sociedades.

Segundo Maynard (1963), “quando a produtividade sobe, os preços dos bens devem cair ou os salários monetários e outras rendas devem elevar-se, para que o aumento da produção seja absorvido. Qual dessas hipóteses ocorrerá, depende da natureza da concorrência e das disposições institucionais dos dois mercados”. Contudo, segundo Maynard (1963), quanto mais organizada for a mão-de-obra e mais monopolista a indústria, tanto menos provável será que os preços, pelo menos na indústria, caiam.

De acordo com Sen (2000), um aspecto de desigualdade que tem sido alvo de grande atenção é a excessiva mortalidade e as taxas de sobrevivência artificialmente mais baixas para mulheres em muitas partes do mundo: um aspecto cruel e bastante visível da desigualdade entre os sexos, que com frequência se manifesta sob formas mais sutis, refletindo relevante privação de capacidades das mulheres (especialmente na Ásia e África setentrional). Ainda, segundo Sen (2000), as mulheres são vistas, cada vez mais, tanto pelos homens quanto por



elas próprias, como agentes ativos de mudança, promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens.

Quanto à edificação intelectual dos direitos humanos, Sen (2000) manifesta preocupação com: o receio de que confundam conseqüências de sistemas legais, estes que conferem às pessoas direitos bem definidos, com princípios pré-legais que não podem realmente dar a uma pessoa um direito juridicamente exigível; a forma assumida pela ética e pela política, em que direitos são pretensões que requerem deveres correlatos; e a visão de pertencimento ao domínio da ética social, dependendo da natureza de éticas aceitáveis.

Hirschman (1982), ao abordar as oponentes interpretações da sociedade de mercado, indica efeitos positivos e negativos - tanto para o enfoque do status com a predominância do mercado, quanto para o enfoque do status relacionado à persistência influente das formas pré-capitalistas. No caso do domínio do mercado, seu enfoque positivo é a teoria “doux-commerce”, segundo a qual o mercado e o capitalismo criam um ambiente moral bom para a boa sociedade prosperar; enquanto o enfoque negativo está representado pela teoria “self-destruction” segundo a qual o mercado, com sua veemente ênfase em interesses individuais, corrói todos os valores tradicionais, inclusive aqueles que baseiam o próprio funcionamento do mercado. De outra parte, no caso da persistente influência das formas pré-capitalistas, seu enfoque positivo é a teoria “feudal-blessings” segundo a qual a origem feudal é um fator favorável para o subsequente desenvolvimento democrático-capitalista; e seu enfoque negativo é a teoria “feudal-schackles”, segundo a qual o capitalismo está fracassando, não por causa de suas excessivas energias, mas pelo valor e pelas instituições que representam os poderosos resíduos do pré-capitalismo.

### 3 MÉTODOS

Além das pesquisas bibliográficas citadas acima, foi aplicada pesquisa survey, através de formulário de coleta de dados, com corte transversal. Nesta pesquisa, foram investigadas quinze variáveis. Estas variáveis simularam situações nas quais entrevistados deviam assinalar o seu grau de discordância ou de concordância, cuja resposta indicaria uma propensão de comportamento relacionado à economia de mercado ou à sociedade de mercado. Estas quinze variáveis são apresentadas individualmente, junto com os seus resultados obtidos, no tópico 4 (Apresentação e discussão dos resultados) deste trabalho.

O formulário de coleta de dados foi elaborado pelo autor na formatação escala numérica ordinal discreta de discordância ou de concordância (escala Likert), com amplitude partindo de 1, equivalendo a discordância total, até 10 equivalendo a concordância total.

A aplicação do pré-teste do formulário, com cinco estudantes universitários, foi útil para corrigir falha na estruturação do campo de resposta na escala Likert.

A pesquisa foi aplicada pessoalmente pelo junto a estudantes universitários. A maior parte da coleta de dados ocorreu em pontos de espera de ônibus, de onde os estudantes se deslocariam para faculdades e universidades.

Neste sentido, foi utilizada a técnica de escolha da amostragem não-probabilística, que, segundo Malhotra (2006), é uma técnica que não utiliza seleção aleatória; e a amostragem não-probabilística por julgamento, porque os elementos da população foram selecionados deliberadamente com base no meu julgamento de pesquisador. O número de amostras validadas foi de cento e uma respostas e o total de amostras preencheu completamente o formulário de entrevista aplicado.

Os dados coletados foram processados pelo software estatístico Costat, sendo que, do conjunto de informações obtidas, foi utilizado o cálculo da média aritmética (Mean) de cada uma das quinze variáveis medidas, informado no item apresentação e discussão dos resultados.



#### 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Relata-se a seguir as variáveis apresentadas aos respondentes e a média aritmética resultante para cada uma destas variáveis. As opções de resposta partiram do campo 1 equivalendo a discordância total até 10 equivalendo a concordância total.

##### 4.1 CEREAIS: ALIMENTO OU COMBUSTÍVEL?

Para a primeira afirmativa “é aceitável transformar cereais em combustível e não em alimentos para humanos, se a primeira opção for a mais rentável”, a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:

Tabela 1 – nível de discordância / concordância para a variável “cereais”

Discordo totalmente					Concordo totalmente				
Escore mínimo possível = 1					Escore máximo possível = 10				
				5,27					

Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor com base em Levitt e Dubner (2009)

Maynard (1963), refere que o crescimento da produção de bens primários está sujeito a numerosas forças contraditórias, tendendo a ser contido pela exaustão de recursos naturais e pelo progresso do cultivo e da extração, além do que, novas áreas de produção possam ser descobertas e exploradas, causando variações radicais na oferta potencial; e, igualmente, o desenvolvimento das áreas industriais é influenciado por vários fatores. Para Maynard (1963), muitas destas forças atuantes sobre a oferta e a procura de produtos primários operam independentemente do equilíbrio contemporâneo entre oferta e procura, como, por exemplo, a abertura de novas áreas de produtividade. Isso pode se aplicar no caso do aceite da destinação alternativa de cereais em combustível e não em alimentos, verificada na primeira afirmativa pesquisada neste trabalho.

##### 4.2 CUIDADOS COM FAMILIARES: PAGAR CUIDADORES?

Para a segunda afirmativa “é aceitável pagar para que pessoas cuidem de familiares idosos em casas de repouso”, a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:

Tabela 2 – nível de discordância / concordância para a variável “cuidado de familiares”

Discordo totalmente					Concordo totalmente				
Escore mínimo possível = 1					Escore máximo possível = 10				
				6,21					

Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor com base em Sandel (2012)

Segundo Sen (2000), a aceitabilidade da coerção na esfera das decisões familiares levanta questões muito profundas: a oposição à coerção pode provir tanto daqueles que preferem dar prioridade à família. Neste âmbito, a segunda variável medida, na qual foi considerado aceitável pagar para que pessoas cuidem de familiares idosos em casas de repouso denota tendência de passividade e aceite de coerções por decisões familiares: o paciente familiar não exerce a própria decisão.

##### 4.3 CARONA VULNERÁVEL OU TAXI PAGO?

Para a terceira afirmativa “é aceitável pegar carona com motorista alcoolizado, para não gastar dinheiro com um taxista sóbrio”, a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:



Tabela 3 – nível de discordância / concordância para a variável “carona x taxista”

Discordo totalmente					Concordo totalmente				
Escore mínimo possível = 1					Escore máximo possível = 10				
		2,02							

Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor com base em Levitt e Dubner (2009)

Para Mises (1993) “o desenvolvimento do capitalismo consiste em que cada um tem o direito de servir melhor e/ou mais barato o seu cliente. E, num tempo relativamente curto, esse método, esse princípio, transformou a face do mundo, possibilitando um crescimento sem precedentes da população mundial”. Num momento posterior, Mises (1993) diz não ter dúvidas de que as condições gerais de vida em épocas anteriores ao capitalismo eram muito insatisfatórias, tendo sido o comércio capitalista que as melhorou, nos seus movimentos iniciais através da remuneração da mão de obra a qual, sem as oportunidades do capitalismo, pouco criava, pouco realizava, restando assim condenados a padrões de vida extremamente. Ainda segundo Mises, “o fato é que o consumidor tem de ganhar, de uma maneira ou de outra, o dinheiro que gasta”. Para Mises (1993), liberdade significa poder errar, sendo que indivíduos podem ser extremamente críticos com relação ao modo como as pessoas gastam seu dinheiro e vivem a sua vida, considerando, eventualmente, o que fazem como algo insensato e ruim: mas ninguém deve policiar os outros com o objetivo de impedir que façam determinadas coisas apenas por não quererem que as pessoas tenham a liberdade de fazê-las. Para Mises (1993), “na economia de mercado, todos prestam serviços aos seus concidadãos ao prestarem serviços a si mesmos”. No âmbito da presente pesquisa, a terceira variável investigada, que é a aceitabilidade de pegar carona com motorista alcoolizado para não gastar dinheiro com um taxista sóbrio, indica, segundo os resultados, que não gastar o dinheiro com um taxista sóbrio seria um erro, resultante da liberdade para errar (MISES, 1993).

#### 4.4 SEGURO DE VIDA PARA RISCOS COM ATIVIDADES ILÍCITAS?

Para a quarta afirmativa “é aceitável que infratores com atividades de risco façam seguro de vida com o objetivo de proteger seus familiares”, a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:

Tabela 4 – nível de discordância / concordância para a variável “seguro de vida infratores”

Discordo totalmente					Concordo totalmente				
Escore mínimo possível = 1					Escore máximo possível = 10				
				4,97					

Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor com base em Levitt e Dubner (2009)

No âmbito das decisões no grupo familiar, a quarta variável medida, que trata da aceitabilidade de infratores com atividades de risco fazerem seguro de vida para proteger seus familiares, obteve patamares limítrofes entre baixa discordância e baixa concordância, indicando divisão de opiniões. Resultado coerente com Sen (2000), que trata da aceitabilidade da coerção na esfera das decisões familiares.

#### 4.5 CASAMENTO POR CONVENIÊNCIA FINANCEIRA?

Para a quinta afirmativa “é aceitável o casamento por conveniência financeira”, a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:



Tabela 5 – nível de discordância / concordância para a variável “casamento conveniência financeira”

Discordo totalmente Escore mínimo possível = 1					Concordo totalmente Escore máximo possível = 10				
			3,19						

Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor com base em Levitt e Dubner (2009).

A relação financeira com o ambiente familiar também foi medida na quinta variável, que mediu a aceitabilidade do casamento por conveniência financeira, a qual obteve discordância nesta pesquisa. Resultado possível de coerência com Sen (2000), que trata da aceitabilidade da coerção na esfera das decisões familiares, em que, no âmbito familiar, os valores morais prevaleceriam.

#### 4.6 OBRIGAÇÕES CÍVICAS DEVEM SER REMUNERADAS?

Para a sexta afirmativa “é recomendável o poder público compensar financeiramente seus cidadãos como forma de incentivá-los a cumprir obrigações cívicas, como votar ou participar de júris populares”, a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:

Tabela 6 – nível de discordância / concordância para a variável “voto, júris populares”

Discordo totalmente Escore mínimo possível = 1					Concordo totalmente Escore máximo possível = 10				
		2,86							

Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor com base em Sandel (2012)

Segundo Lewis (1968), os lucros geram empreendimentos e poupanças; uma economia pode até mesmo dispensar a empresa privada se possuir um serviço público capaz e empreendedor, mas de qualquer modo não pode dispensar o lucro, pois este é a principal fonte de poupança numa economia em desenvolvimento, quer na empresa privada, quer na pública. Neste sentido, a resposta da sexta variável medida neste trabalho indica discordância para que o Estado remunere os cidadãos para cumprir obrigações cívicas denota conformidade com a preocupação de poupança para o Estado (LEWIS, 1968).

#### 4.7 O ESTADO PODE INTERFERIR NO NÚMERO DESEJADO DE FILHOS?

Para a sétima afirmativa “é aceitável o Estado pagar para que famílias não tenham filhos, quando não ter filhos é mais conveniente para o Estado”, a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:

Tabela 7 – nível de discordância / concordância para a variável “controle natalidade”

Discordo totalmente Escore mínimo possível = 1					Concordo totalmente Escore máximo possível = 10				
		2,72							

Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor com base em Sandel (2013)

Segundo Sen (2000), a aceitabilidade da coerção na esfera das decisões familiares levanta questões muito profundas: a oposição à coerção pode provir tanto daqueles que preferem dar prioridade à família para decidir quantos filhos terá, tratando-se, neste caso, de uma decisão essencialmente familiar, quanto daqueles que afirmam que essa é uma questão na qual é a mãe quem deve ter a palavra final nos aspectos que envolverem diretamente o seu corpo. A interferência do Estado no ambiente familiar foi negada na sétima variável medida, configurando o não aceite de o Estado pagar para que famílias não tenham filhos, mesmo



quando não ter filhos é mais conveniente para o Estado.

#### 4.8 APRISIONADOS PODEM PATROCINAR SUAS PRÓPRIAS REGALIAS?

Para a oitava afirmativa “é aceitável que aprisionados com melhor capacidade financeira paguem ao Estado para terem melhores acomodações”, a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:

Tabela 8 – nível de discordância / concordância para a variável “aprisionados”

Discordo totalmente					Concordo totalmente				
Escore mínimo possível = 1					Escore máximo possível = 10				
		2,21							

Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor com base em Sandel (2012)

Para Lewis (1968), o setor público e o privado são inter-relacionados, mas disso não se pode concluir que se possa fazer um modelo matemático de economia em seu conjunto. Toda repartição pública deve levar em conta os planos do setor privado quando elabora os seus próprios planos. Ainda segundo Lewis (1968), a extensão do setor público tem de depender daquilo que a economia privada pode suportar. Mesmo assim, nesta pesquisa, a oitava variável analisada, que media a aceitabilidade de que aprisionados com melhor capacidade financeira paguem ao Estado para terem melhores acomodações, foi negada, indicando especialmente que o poder econômico não pode comprar privilégios do setor público.

#### 4.9 ALUGAR AMIGOS?

Para a nona afirmativa “é aceitável alugar amigos para passear e/ou conversar, mediante pagamento de determinado valor por hora de companhia” a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:

Tabela 9 – nível de discordância / concordância para a variável “alugar amigos”

Discordo totalmente					Concordo totalmente				
Escore mínimo possível = 1					Escore máximo possível = 10				
		2,89							

Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor a partir de Sandel (2005)

No âmbito das relações pessoais, a nova variável investigada, que media a aceitabilidade de alugar amigos para passear e ou conversar mediante pagamento de determinado valor por hora de companhia, foi negada na pesquisa, indicando que a amizade não pode ser alugada, resultado coerente com Sandel (2005).

#### 4.10 VENDER/COMPRAR APENAS ÓRGÃOS HUMANOS OU VENDER/COMPRAR A PESSOA?

Para a décima afirmativa “não há equivalência entre a venda de órgãos humanos na sociedade moderna com a venda de pessoas que ocorria nos tempos da escravidão”, a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:

Tabela 10 – nível de discordância / concordância para a variável “venda de órgãos equivale à escravidão”

Discordo totalmente					Concordo totalmente				
Escore mínimo possível = 1					Escore máximo possível = 10				



				5,44				
--	--	--	--	------	--	--	--	--

Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor com base em Sandel (2012)

A décima variável medida, indica relativa concordância de que não há equivalência entre a venda de órgãos humanos na sociedade moderna com a venda de pessoas nos tempos da escravidão permite a venda destes órgãos, sinalizando negação ao questionamento de Sandel (2012).

#### 4.11 AGENCIAR BARRIGAS DE ALUGUEL?

Para a décima primeira afirmativa “é aceitável a existência de corretores agenciando mães barriga de aluguel”, a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:

Tabela 11 – nível de discordância / concordância para a variável “corretores de mães”

Discordo totalmente				Concordo totalmente					
Escore mínimo possível = 1				Escore máximo possível = 10					
			3,35						

Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor com base em Sandel (2005)

No mesmo âmbito, a décima primeira variável medida, indicando relativa discordância com o agenciamento de barrigas de aluguel, a princípio retira este livre arbítrio da mulher, impedindo-a de dispor de seu corpo como quiser, em oposição a Sandel (2005).

#### 4.12 RECEBER TÍTULOS HONORÁRIOS POR CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS?

Para a décima segunda afirmativa “é aceitável receber premiações e títulos honorários de entidades filantrópicas por ter feito grandes doações de dinheiro para elas”, a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:

Tabela 12 – nível de discordância / concordância para a variável “premiações filantrópicas”

Discordo totalmente				Concordo totalmente					
Escore mínimo possível = 1				Escore máximo possível = 10					
			4,29						

Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor com base em Sandel (2005)

A décima segunda variável analisada, que investigava a aceitabilidade de receber premiações e títulos honorários de entidades filantrópicas por ter feito grandes doações financeiras para elas, teve relativa discordância, indicando que é um exercício de liberdade para errar (MISES, 1993) o ato de receber as premiações e títulos honorários, em que pese não ser erro a efetivação das doações a entidades filantrópicas.

#### 4.13 ESPÉCIES ANIMAIS RARAS: PAGAR LICENÇAS CARAS PARA PODER CAÇAR E PESCAR?

Para a décima terceira afirmativa “no caso de espécies de animais raras e controladas, é aceitável permitir sua caça e pesca mediante pagamento de licenças caras”, a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:

Tabela 13 – nível de discordância / concordância para a variável “espécies de animais raras”

Discordo totalmente		Concordo totalmente							
Escore mínimo possível = 1		Escore máximo possível = 10							
	1,99								



Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor com base em Sandel (2013)

De acordo com Sen (2000), em que pese o mundo de opulência sem precedentes em que vivemos, existem problemas novos convivendo com antigos, como: a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica muito disseminada, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social. Sen (2000) também afirma que superar estes problemas é uma parte central do processo de desenvolvimento, sendo necessário reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade no combate a esses males. Contudo, ainda de acordo com Sen (2000), a condição de cada um, enquanto agente, é restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas disponíveis, existindo uma complementaridade entre a condição de agente individual e da força das influências sociais. Neste âmbito, a décima terceira medição, que avaliava a aceitabilidade de pagamento de licenças caras para permitir caça e pesca de espécies animais raras e controladas, foi negada, indicando a prevalência de valores ambientais sobre o estado das finanças públicas.

#### 4.14 LIXO: PAÍSES RICOS PODEM VENDÊ-LO PARA PAÍSES POBRES?

Para a décima quarta afirmativa “é aceitável países ricos destinarem seu lixo para países pobres mediante acerto quanto ao seu preço”, a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:

Tabela 14 – nível de discordância / concordância para a variável “lixo países ricos x países pobres”

Discordo totalmente Escore mínimo possível = 1					Concordo totalmente Escore máximo possível = 10				
		2,29							

Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor, com base em Sandel (2013)

O poder econômico foi descartado na décima quarta variável analisada, que media a aceitabilidade de países ricos destinarem seu lixo para países pobres mediante acerto quanto ao seu preço, tendo sido rejeitada, desta forma, a possibilidade de ocorrer este tipo de transação, coerente com Sandel (2013).

#### 4.15 SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO: CONTRATAR PATRIOTAS?

Finalmente, para a décima quinta afirmativa “é aceitável – supondo a possibilidade legal de fazê-lo – que jovens ricos em idade de prestar serviço militar obrigatório contratem jovens pobres para substituí-los”, a média aritmética de discordância / concordância apurada foi:

Tabela 15 – nível de discordância / concordância para a variável “serviço militar”

Discordo totalmente Escore mínimo possível = 1					Concordo totalmente Escore máximo possível = 10				
		2,11							

Fonte: elaborada a partir de dados coletados pelo autor com base em Sandel (2005)



Na décima quinta variável analisada, que indagava sobre a aceitabilidade (supondo a possibilidade legal de fazê-lo) que jovens ricos em idade de prestar serviço militar obrigatório contratem jovens pobres para substituí-los, o resultado foi de discordância: não foi concedida, desta forma, a liberdade para errar (MISES, 1993), considerando-se erro remunerar um concidadão para cumprir uma obrigação cívica julgada intransferível.

Não foi considerado adequado apurar a média aritmética global das quinze variáveis pesquisadas, pois seus conceitos e suas classificações sob a ótica de sociedade, economia e mercado não são uniformes, nem unânimes em seus critérios e níveis de aceitação. Então, pelo princípio da prudência, referida média não foi calculada.

Assim, a interpretação do resultado desta pesquisa, que mediu quinze variáveis representativas de elementos e comportamentos de sociedade livre, indica que nela existe confortável predominância de elementos da economia de mercado, mas com a presença de elementos típicos da sociedade de mercado em todas as quinze variáveis medidas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve corte transversal, portanto, apresenta uma visão momentânea do fenômeno investigado. Com isso, não permite concluir que, pelo fato de existirem elementos da sociedade de mercado na economia de mercado, exista uma tendência definitiva de migração para a sociedade de mercado, tampouco se este movimento, ao invés de avançar, possa recuar.

Ainda, é possível que o status medido reflita a existência de uma proporção necessária de elementos da sociedade de mercado para manter o equilíbrio social - situação na qual a sociedade tolera a existência de determinados níveis de mercantilização de valores, inclusive alguns de ordem moral, como forma de minimizar ou compensar impactos indesejados decorrentes de conflitos inevitáveis na construção social contemporânea.

Para identificar a movimentação entre economia de mercado e sociedade de mercado em ambiente de sociedade livre, é recomendável a repetição da pesquisa num momento futuro, com um adequado intervalo temporal. Através dos dados obtidos por uma nova pesquisa, poderá ser constatada a estabilidade – ou não – da proporção atualmente medida entre elementos da economia de mercado e da sociedade de mercado, permitindo melhor monitoramento deste cenário.

Por outro lado, a presença de elementos da sociedade de mercado na totalidade das quinze variáveis medidas pode sinalizar o avanço do denominado mercado do dano moral na sociedade contemporânea. Neste fenômeno, passariam a ser aceitas e eventualmente deliberadamente adotadas soluções de natureza monetária para conciliar conflitos de natureza moral. Esta solução consistindo em transferir poder econômico pode indicar o reconhecimento de que o prejuízo moral pode ser precificado. Neste sentido, surgem adequadas pesquisas sobre as conceituações contemporâneas da natureza do dano moral, sobre as conceituações contemporâneas da natureza de indenização financeira, sobre a hegemonia ou não na sociedade do poder econômico e a relação entre valores morais e poder econômico. Pesquisas atinentes podem verificar a efetividade da aceitação da transferência do poder econômico como forma de indenização por dano moral, à ótica tanto do receptor da indenização quanto do correspondente indenizador.

## REFERÊNCIAS

BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento**. Tradução de S. Ferreira da Cunha, 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.



COSTA, Carlos. CASTOLDI, Florindo Luiz. **CoStat**: um programa para quem pensa que não gosta de estatística. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

HIRSCHMAN, Albert O. Rival Interpretations of Market Society: Civilizing, Destructive, or Feeble? **Journal of Economic Literature**. v. XX, p. 1463-1484, 1982.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. Tradução de Ailton Bomfim Brandão, 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1998.

LEVITT, Steven D. DUBNER, Stephen J. **Super freakonomics**. *Global cooling, patriotic prostitutes, and why suicide bombers should buy life insurance*. New York: Allen Lane, 2009.

LEWIS, W. Arthur. **Política econômica**: a programação do desenvolvimento. Tradução de Helga Hoffmann. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. Tradução de Laura Bocco. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MAYNARD, Geoffrey. **Desenvolvimento, inflação e preços**. Tradução de Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

MISES, Ludwig von. **As seis lições**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 4ª edição. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993.

PARKIN, Michael. **Economia**. Tradução de Cristina Yamagami, 8ª edição. São Paulo: Addison Wesley, 2009.

SANDEL, Michael J. Markets, morals, and civic life. **Bulletin of the American Academy**. Summer, p. 6-10, 2005.

\_\_\_\_\_. Markets and morals: Harvard Law Faculty Workshop. why economists should give up on value-neutrality and reengage with political philosophy. In: **Harvard Law Faculty Workshop**. July, 2013.

\_\_\_\_\_. **What money can't buy: the moral limits of markets**. Farrar, Straus and Giroux: 2012.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WEBER, Max, 1864-1920. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 3ª Ed, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.